

# Serpro descumpre a lei e não readmite

O primeiro caso de descumprimento da nova Constituição em Sergipe, foi registrado exatamente no seu primeiro dia de vigência. Os sete funcionários do Serpro — Serviço Federal de Processamentos de Dados — que foram demitidos no dia 23 de agosto deste ano por terem participado de uma greve, anistiados pela nova Constituição, tiveram o seu pedido de reintegração ao trabalho negado pelo representante do órgão no Estado, Astrolino Tadeu Maia Ferreira, que alegou estar cumprindo ordens.

No horário normal de ex-

pediente os sete servidores se apresentaram acompanhados do seu advogado César Britto ao Serpro. Chegando lá foram informados que não seriam readmitidos, e caso quisessem insistir poderiam entrar na Justiça com um mandado de segurança.

O advogado dos servidores disse que os trabalhadores, achando que estavam protegidos pela anistia aprovada pela nova Constituição, se apresentaram para trabalhar e como tiveram esse direito negado, ele já está providenciando um pedido de regresso.

## Empresas fazem demissões

Diversas empresas de Brasília, sobretudo nos setores de comércio, bancos e serviços, estão demitindo empregados para fugir aos novos direitos trabalhistas previstos na Constituição promulgada quinta-feira. Embora não seja exclusivamente por esta causa, a DRT-DF registrou um aumento de 50 por cento nas homologações e pedidos de informação. A pedido da CUT, o Ministério do Trabalho baixará portaria hoje instruindo todas as delega-

cias para que não homologuem qualquer rescisão de contrato sem que os novos dispositivos legais sejam respeitados.

Somente na categoria dos vigilantes, conforme o presidente do Sindicato, Francisco Domingos, foram demitidos mais de 500 profissionais nos últimos 30 dias, mas a maioria delas foi revertida quando os empregadores descobriram que os direitos teriam validade um mês antes da Promulgação.

## Cumprir Carta exige piso de Cz\$ 136 mil

O salário mínimo brasileiro terá de ser de Cz\$ 136.329,07 para satisfazer às exigências contidas na nova Constituição. O valor foi divulgado ontem pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos), após levantamento em 12 capitais sobre os itens definidos no Art. 7, Inciso IV, como "necessidades vitais básicas" a serem atendidas pelo novo salário: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Segundo o diretor do órgão em Brasília, Márcio Pochmann, a história do País está marcada por sistemático desrespeito à legislação pertinente ao salário mínimo, que deveria ser a base da política econômica. Mas dessa vez, conforme frisou, há condições objetivas favoráveis à aplicação da Lei, pois a

Constituição promulgada quarta-feira "espelha muito o nível de organização sócio-política da sociedade". Nesse sentido ele recomenda a imediata interferência dos agentes sociais, os sindicatos e organismos populares, pela consolidação dos direitos conquistados.

O atual salário mínimo do País, denominado PSN (Piso Salarial Nacional), corresponde a apenas 35,57% do seu valor no mês em que foi fundado — julho de 1940 —, no Governo Vargas. É um dos menores do mundo, estando 7,2 vezes abaixo do novo piso estabelecido pela Constituição.

Conforme o levantamento do Dieese, de 40 até hoje, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita cresceu quase cinco vezes. Se o salário mínimo tivesse acompanhado seu ritmo estaria valendo agora Cz\$ 217.514,55.